



## RELATÓRIO PANORÂMICO

ÓRGÃO/ENTIDADE : Casa Civil

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA : Exercício de 2018.

### RELATÓRIO CGE Nº 18/2019/SUGACI SGD Nº 2019 09049 004703

A Controladoria Geral do Estado, no intuito de dar subsídios aos gestores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, franqueando o acesso às informações obtidas por este Órgão de Controle Interno, referentes ao acompanhamento da gestão das políticas e dos recursos públicos, institui o presente **Relatório Panorâmico**, o qual visa identificar possíveis riscos no controle dos gastos, nos achados acerca do Plano Plurianual, na Execução Orçamentário-financeira, nas despesas com pessoal, nos achados decorrentes das análises das Prestações de Contas, nas principais demandas de ouvidoria dentre outros meios de controle, garantindo conhecimento, segurança na tomada de decisões e transparência aos atos da Administração Pública.

Neste contexto, este órgão de Controle Interno utilizou-se de buscas junto aos seus diversos sistemas de controles, catalogando os achados de inspeções, fiscalizações e auditorias, bem como informações importantes sobre prestação de contas anual dos ordenadores, subsídios de criticidade e vulnerabilidade na matriz de risco, contas consolidadas, contratos, convênios, parcerias, adiantamentos, plano plurianual, resultados de tomada de contas especial, folha de pagamento e ouvidoria.

As informações contidas neste Relatório Panorâmico auxiliarão os gestores na otimização das atividades de cada órgão, oferecendo maior agilidade e precisão na detecção e afastamento de possíveis riscos, proporcionando maior transparência, celeridade e segurança aos atos da gestão.

Neste escopo, a Controladoria Geral do Estado, por meio deste instrumento, busca fortalecer sua missão institucional, ampliando sua atuação na assistência direta e imediata aos gestores da Administração Pública em assuntos e providências pertinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, às atividades de ouvidoria e à transparência, promovendo uma gestão responsável, eficaz e de resultados positivos, que contribua significativamente para o crescimento do Estado do Tocantins e bem estar da sua população.

Diante do exposto, passamos ao panorama.

## 1 - DA FORMALIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Dos processos oriundos da unidade gestora da Casa Civil, elencados na Instrução Normativa CGE nº 01/2017, com envio obrigatório a este órgão de Controle Interno, não houve encaminhamento de nenhum processo a esta Controladoria.

## 2 - INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – ANO 2018

Nas prestações de contas anual dos ordenadores de despesas, verificou-se diversas ressalvas detectadas por esta Controladoria-Geral as quais destacamos a seguir:

TÓPICO	RESSALVAS 2018	
Do Déficit Orçamentário	<b>Déficit Orçamentário:</b> O Balanço Orçamentário apresentou déficit.	<b>R\$ 3.580.338,26</b>
	<b>Déficit Efetivo:</b> Considerando o saldo das Transferências Recebidas (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a Execução Orçamentária o <u>resultado efetivo gerou um Déficit.</u>	<b>R\$ 465.800,51</b>
Restos a Pagar	<b>Saldo Inscrição no Exercício:</b> Do montante inscrito em restos a pagar no exercício, <u>não houve registro de saldo suficiente em caixa para atendê-las.</u>	<b>R\$ 498.541,96</b>
	<b>Saldo Exercícios Anteriores:</b> Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados, liquidados de exercícios anteriores <u>restou um saldo, não havendo registro de saldo suficiente em caixa para atendê-las.</u>	<b>R\$ 576.006,54</b>
Balanço Patrimonial	<b>P.C. Maior:</b> O <u>Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante</u> , demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.	<b>54,31%</b>
	<b>Déficit Financeiro:</b> O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro demonstra um <u>déficit financeiro.</u>	<b>R\$ 1.029.980,11</b>
	<b>Passivo "P":</b> Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Passivo Permanente, com atributo “P” o valor acima. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário.	<b>R\$ 1.904.036,42</b>
	<b>Direito:</b> Foi registrado pelo Tesouro um direito.	<b>R\$ 1.839.436,71</b>

### 3 - CRITICIDADE E VULNERABILIDADE NA MATRIZ DE RISCO 2018

A análise das informações contábeis possibilitou a tabulação e cálculos de índices que procuram mensurar os pontos críticos ou vulneráveis da gestão dos recursos, conforme se nota no quadro abaixo:

<b>VARIÁVEL CRITICIDADE E VULNERABILIDADE</b>	<b>ITEM</b>	<b>CALC. ÍNDICE 2018</b>
MATERIALIDADE (ORÇ UG / ORÇ. TOTAL (UG'S) Representa a proporção do orçamento anual do órgão em relação ao orçamento total do estado.	ÍNDICE: ORÇ. UG 2019: ORÇ. TOTAL UG'S:	0,04% R\$ 3.635.644,00 R\$ 8.892.356.680,00
DISPENSAS (UG) / TOTAL EMPENHADO (UG) Representa a proporção do valor total empenhado para dispensa de licitação em relação ao valor total de despesas empenhadas pelo órgão.	ÍNDICE: Disp. Licit. UG: Desp. Total UG:	0,82% R\$ 29.539,16 R\$ 3.581.141,63
DISPENSAS PELO VALOR (UG) / TOTAL DE DISPENSAS (UG) Representa o valor total empenhado de dispensas de licitação abaixo de R\$ 8.000,00 em relação ao total de dispensas de licitação do órgão.	ÍNDICE: Disp. Licit. Valor UG: Disp. Licit. Total UG:	<b>97,46%</b> R\$ 28.789,16 R\$ 29.539,16
DISPENSAS PELO VALOR (UG) / TOTAL DISPENSAS PELO VALOR (UG'S) Representa a proporção do valor empenhado de dispensas de licitação pelo valor abaixo de R\$ 8.000,00 do órgão, em relação ao valor total empenhado em dispensa pelo valor para todos os órgãos do Estado.	ÍNDICE: Disp. Licit. Valor UG: Disp. Licit. Valor UG's:	0,07% R\$ 28.789,16 R\$ 44.125.968,36



<p>DESP. EXERC. ANTERIOR (UG) / TOTAL DESP. EXERC. ANTERIOR (UG'S)-GRUPO 1 - PESSOAL</p> <p>Representa a proporção do valor executado das despesas de exercício anterior com pessoal e encargos sociais (grupo 1) pelo órgão, em relação ao total executado no mesmo grupo por todos os órgãos do executivo estadual.</p>	<p>ÍNDICE:</p> <p>Desp. Ex. Ant. G1 UG:</p> <p>Desp. Ex. Ant. G1 UG's:</p>	<p>0,07%</p> <p>R\$ 313.005,14</p> <p>R\$ 444.132.385,51</p>
<p>TOTAL DESP. EXERC ANTERIOR (UG) / TOTAL DEA (UG'S)</p> <p>Representa a proporção do valor total das despesas de exercício anterior, executadas pelo órgão, em relação ao total das despesas de exercício anterior, executadas pelos órgãos do executivo estadual.</p>	<p>ÍNDICE:</p> <p>Desp. Exerc. Ant. UG:</p> <p>Desp. Exerc. Ant. UG's:</p>	<p>0,04%</p> <p>R\$ 323.807,72</p> <p>R\$ 727.522.436,67</p>
<p>SUFUAU'S (UG) / DESPESA TOTAL (UG)</p> <p>Representa a proporção do valor total de despesas com Suprimentos de Fundos executadas, em relação ao total de despesas executadas pelo mesmo órgão.</p>	<p>ÍNDICE:</p> <p>Desp. Suff. Execut UG:</p> <p>Desp. Total Execut UG:</p>	<p>0,23%</p> <p>R\$ 8.285,39</p> <p>R\$ 3.581.141,63</p>
<p>TOTAL SUFUAU'S (UG) / TOTAL SUFUAU'S (UG'S)</p> <p>Representa a proporção do valor total de despesas com Suprimentos de Fundos executadas pela UG, em relação ao total de despesas executadas com SUFUAU's pelos órgãos do executivo estadual.</p>	<p>ÍNDICE:</p> <p>Desp. Suff. Execut UG:</p> <p>Desp. Suff. Execut UG's:</p>	<p>0,42%</p> <p>R\$ 8.285,39</p> <p>R\$ 1.963.218,31</p>
<p>INDENIZAÇÕES (UG) / TOTAL INDENIAÇÕES (UG'S)</p>	<p>ÍNDICE:</p> <p>Desp. Indeniz. UG:</p>	<p>0,04%</p> <p>R\$ 41.886,89</p>

Representa a proporção do valor total de despesas com indenizações executadas pelo órgão, em relação ao total de despesas executadas com indenizações pelos órgãos do executivo estadual.	Desp. Indeniz. UG's:	R\$ 98.863.074,60
PASSIVO PERMANENTE POR UG/ TOTAL DOS PASSIVOS PERMANENTES (UG'S) Representa a proporção do valor total do Passivo Permanente registrado pelo órgão, em relação ao total do Passivo Permanente registrado pelos órgãos do executivo estadual.	ÍNDICE: Pass. Perman. UG: Pass. Perman. UG's:	0,02% R\$ 1.904.036,42 R\$ 8.912.474.793,11

#### **4 - ADIANTAMENTO/SUPRIMENTO DE FUNDOS - 2018**

No que concerne à Casa Civil, no exercício de 2018, verifica-se que consta no balancete SIAFE-TO, exercício de 2018, concessão de suprimento de fundos por parte dessa UG, no entanto não foram cadastrados no Sistema de Acompanhamento de Adiantamento da Controladoria-Geral do Estado, em descumprimento ao que estabelece a alínea “d”, inciso IV do art. 37 do Decreto Nº 5.779, de 5 de fevereiro de 2018.

Destacamos acerca da obrigação contida no art. 40, inciso IV, alínea “c”, do Decreto nº 5.942, de 06 de maio de 2019, que dispõe sobre a Execução Orçamentário Financeira, do Poder Executivo do Estado do Tocantins, em que determina que sejam inseridas as informações de adiantamentos/suprimentos de fundos no sistema de acompanhamento de adiantamentos, sob gestão desta Controladoria Geral, “Sistema de Acompanhamento de Adiantamentos”, no link [www.gestao.cge.to.gov.br](http://www.gestao.cge.to.gov.br), o qual está em pleno funcionamento, dependendo somente da alimentação das informações por parte dessa Pasta.

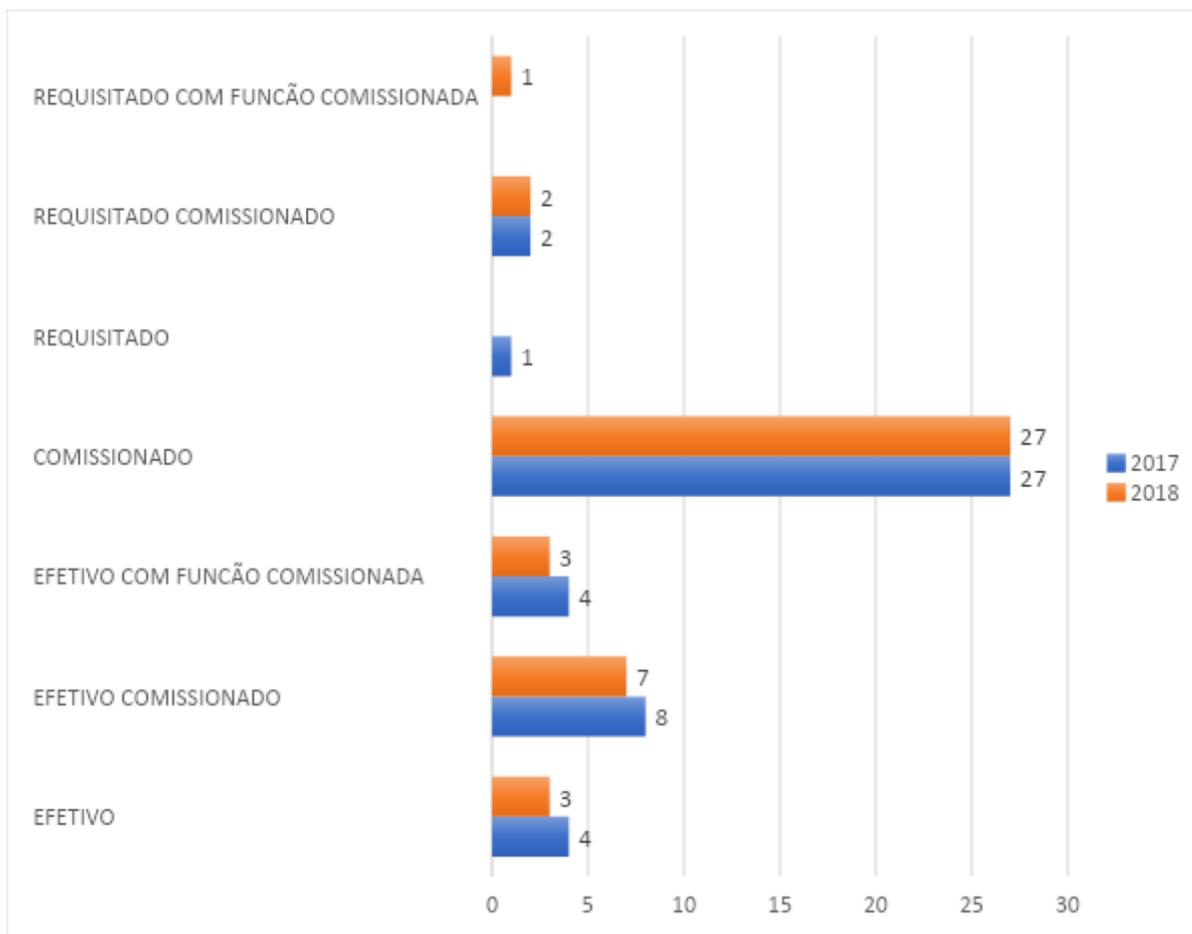


## 5 - FOLHA DE PAGAMENTO - 2018

Nesse tópico do relatório panorâmico foi realizado o levantamento dos quantitativos de vínculos da Casa Civil no mês de dezembro de 2018, por situação funcional, fazendo também um comparativo em relação ao mês de dezembro de 2017.

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>DEZ/2017</b>	<b>DEZ/2018</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
EFETIVO	4	3	-1
EFETIVO COMISSIONADO	8	7	-1
EFETIVO COM FUNÇÃO COMISSIONADA	4	3	-1
COMISSIONADO	27	27	0
REQUISITADO	1	0	-1
REQUISITADO COMISSIONADO	2	2	0
REQUISITADO COM FUNÇÃO COMISSIONADA	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>43</b>	<b>-3</b>

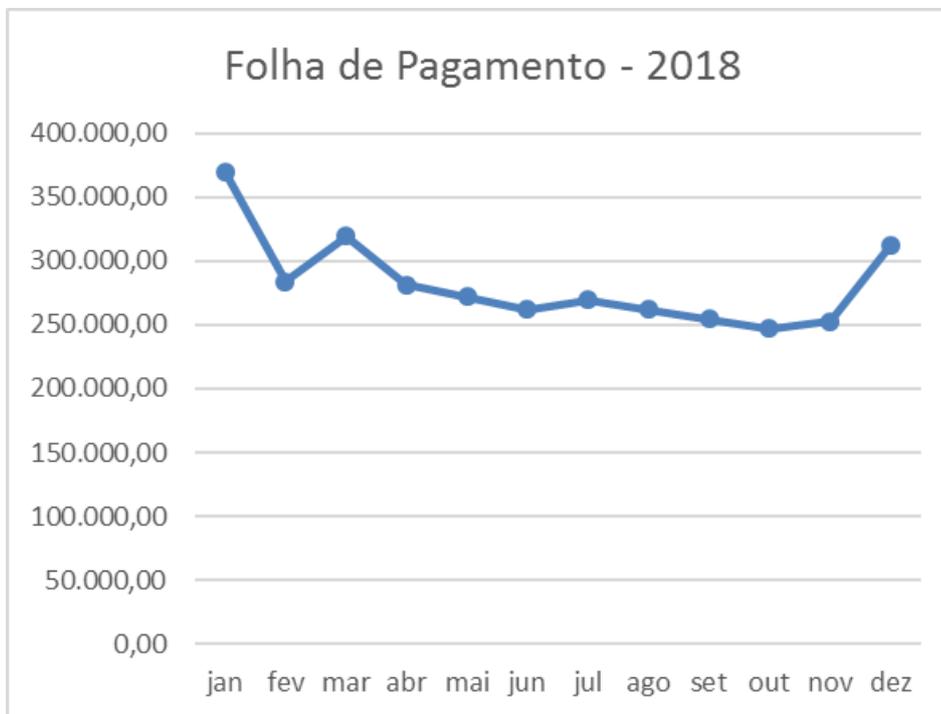
Comparando a folha de pagamento de dezembro de 2018 com o mesmo período de 2017, observou-se uma redução de aproximadamente 6,52%, equivalente a 03 vínculos de servidores, conforme detalhado no gráfico abaixo.



Foi realizado também, o levantamento do valor custo mensal com a folha de pagamento do referido Órgão, registrando um custo médio mensal de R\$ 282.038,65, conforme descrito abaixo:

<b>FOLHA DE PAGAMENTO - 2018</b>	
JANEIRO	R\$ 369.552,83
FEVEREIRO	R\$ 283.518,70
MARÇO	R\$ 319.017,05
ABRIL	R\$ 281.060,02
MAIO	R\$ 271.727,91
JUNHO	R\$ 261.723,65
JULHO	R\$ 269.643,02
AGOSTO	R\$ 262.092,65
SETEMBRO	R\$ 254.423,62

OUTUBRO	R\$ 247.172,58
NOVEMBRO	R\$ 252.720,55
DEZEMBRO	R\$ 311.811,16



## **6 - LEVANTAMENTO DA DÍVIDA REAL DO ÓRGÃO – POSIÇÃO 2018**

Por determinação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, conforme Ofício nº 8/2019 REL 5 e Despacho nº 178/2019, com fundamento no artigo 111, da Lei nº 1.284/2001, foram solicitadas informações sobre a dívida real do Estado do Tocantins.

O Objetivo foi verificar se as demonstrações financeiras e contábeis do Balanço Geral do Estado refletem em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial em 31/12/2018, e os resultados patrimoniais, financeiros e orçamentários do Estado no exercício, de acordo com a Lei 4.320/64 e demais normas contábeis aplicáveis.

Diante dessa determinação, a Controladoria-Geral do Estado por meio do Ofício Circular CGE nº 8/2019/GABSEC, SGD nº 2019/09049/001079, solicitou o encaminhamento dessas informações da Casa Civil, para consolidação e atendimento da referida diligência, entretanto, foram encontradas divergências que impossibilitaram o fechamento do relatório.



Dessa forma a Controladoria realizou uma segunda tentativa de levantar essas informações de forma precisa e tempestiva encaminhando o Ofício Circular CGE nº 12/2019/GABSEC, SGD n º 2019/09049/002144, solicitando conferência e correções necessárias por parte do Órgão sobre os valores informados inicialmente.

Não obstante e sem atendimento do pleito foi realizada reunião técnica com os Órgãos e Entidades para orientar como levantar essas informações.

A partir dessas orientações, há de se registrar o cumprimento pela Casa Civil e seus setores técnicos envolvidos pelo esforço no atendimento da referida demanda, não encontrando mais divergências no somatório dos valores das planilhas encaminhadas a esta Controladoria-Geral.

## 7 - OUVIDORIA – 2018

Na Ouvidora-geral do Estado foram registradas no Sistema de Gestão de Ouvidoria (SGO), no exercício de 2018, **25 manifestações** para a Casa Civil, sendo 03 reclamações e 22 solicitações de informações. Destas, 92% foram respondidas dentro do prazo e 8% foram respondidas em atraso. O assunto demandado em todas as manifestações foi Gestão Administrativa.

## CONCLUSÃO

Este trabalho de levantamento das informações técnicas de Controle dos Órgãos e Entidades do Executivo Estadual, possibilita conhecer em um breve histórico, onde incidiram os maiores riscos para a Administração.

A partir da apreciação do Relatório, o Gestor juntamente com sua equipe técnica, estará munido de algumas informações importantes que o subsidiarão na possibilidade de tomar providencias para resolver situações negativas aqui apresentadas.

Consignamos que a Controladoria-Geral do Estado tem imbuindo esforços para o fortalecimento do sistema de controle interno, disponibilizando em seu sítio “www.cge.to.gov.br”, uma gama de informações técnicas, v.g., manuais, relatórios, notas de orientação técnica, *check list* para acompanhamento de processos, legislação atualizada atinente à realização da despesa e sobre controle, dentre outros documentos que servirão de alicerce para o desenvolvimento do *mister* institucional da Pasta na forma da lei, promovendo, também, a capacitação e treinamento dos servidores dos órgãos e entidades do Executivo Estadual, fortalecendo, desta maneira, o controle interno da gestão com vistas à salvaguarda dos recursos públicos, evitando-se perdas, mau uso e danos, cumprindo-se, por conseguinte, as normas legais.



Colocamos à disposição nossos técnicos que através das suas respectivas Diretorias e Gerências, prestarão auxílio presencial e/ou por telefone de forma tempestiva, de maneira que sirvam de suporte na elucidação de dúvidas sobre matéria alusiva às competências institucionais desta CGE/TO.

Também, caso necessário, devidamente justificado e dentro das limitações de pessoal desta Pasta de Controle, em obediência ao seu planejamento anual, poderão ser solicitados procedimentos “especiais” de fiscalização, inspeção e/ou auditoria, que poderão ser atendidos dentro das nossas disponibilidades.

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO**, em Palmas, aos 5 dias do mês de julho de 2019.

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**

**Augusto de Souza Pinheiro Júnior**  
Diretor de Auditoria e Fiscalização

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**

**Kilvania Rodrigues de Melo Miranda**  
Diretora de Controle da Gestão  
Governamental e Combate à Corrupção

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**

**Benedito Martiniano da Costa Neto**  
Superintendente

De acordo, em 11/07/2019.

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**

**Senivan Almeida de Arruda**  
Secretário-Chefe